

REGULAMENTOS INTERNOS E DE PROCESSO

ALTERAÇÕES AO REGULAMENTO DE PROCESSO DO TRIBUNAL GERAL

O TRIBUNAL GERAL,

tendo em conta o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, nomeadamente o seu artigo 254.º, quinto parágrafo,

tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia da Energia Atómica, nomeadamente o seu artigo 106.º-A, n.º 1,

tendo em conta o Protocolo relativo ao Estatuto do Tribunal de Justiça da União Europeia, nomeadamente o seu artigo 63.º,

considerando que a execução da reforma da arquitetura jurisdicional do Tribunal de Justiça da União Europeia, resultante do Regulamento (UE, Euratom) 2015/2422 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro de 2015, que altera o Protocolo n.º 3 relativo ao Estatuto do Tribunal de Justiça da União Europeia ⁽¹⁾, e do Regulamento (UE, Euratom) 2016/1192 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de julho de 2016, relativo à transferência para o Tribunal Geral da União Europeia da competência para decidir, em primeira instância, dos litígios entre a União Europeia e os seus agentes ⁽²⁾, torna necessária uma adaptação das regras processuais que regulam o exercício das funções confiadas ao vice-presidente do Tribunal Geral,

com o acordo do Tribunal de Justiça,

com a aprovação do Conselho, dada em 16 de julho de 2018,

ADOVA AS SEGUINTE ALTERAÇÕES AO SEU REGULAMENTO DE PROCESSO:

Artigo 1.º

O Regulamento de Processo do Tribunal Geral de 4 de março de 2015 ⁽³⁾ é alterado do seguinte modo:

- 1) No artigo 3.º, n.º 3, são suprimidos os termos «, do vice-presidente».
- 2) No artigo 28.º, n.º 2, são aditados os termos «, o vice-presidente do Tribunal» após «A secção a que o processo tenha sido submetido».

Artigo 2.º

As presentes alterações ao Regulamento de Processo, autênticas nas línguas previstas no artigo 44.º do referido regulamento, são publicadas no *Jornal Oficial da União Europeia* e entram em vigor no primeiro dia do mês seguinte ao da sua publicação.

Feito no Luxemburgo, em 31 de julho de 2018.

O Secretário
E. COULON

O Presidente
M. JAEGER

⁽¹⁾ JO L 341 de 24.12.2015, p. 14.

⁽²⁾ JO L 200 de 26.7.2016, p. 137.

⁽³⁾ JO L 105 de 23.4.2015, p. 1.